



UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

No âmbito das suas atribuições legais e funcionais, a **Unidade de Informação Financeira (UIF)**, através da **Divisão de Monitorização e Supervisão**, promove a presente nota informativa com o objectivo de contribuir para a sensibilização, actualização e capacitação dos seus membros, bem como das entidades supervisoras e supervisionadas que integram o Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

A disseminação sistemática de informação técnica e estratégica constitui um dos pilares da actuação da UIF, permitindo reforçar a vigilância institucional face aos riscos emergentes e promover uma cultura de conformidade e cooperação.

1. Acontecimentos Relevantes e Notícias Recentes

Esta secção reúne um conjunto de notícias verificadas e divulgadas por fontes fidedignas, relativas a operações, investigações, esquemas desmantelados, sanções aplicadas e outras ocorrências com impacto na prevenção e combate ao BC/FT/PADM. A sua inclusão visa oferecer uma perspectiva dinâmica e contextualizada dos fenómenos emergentes, contribuindo para a leitura prática dos riscos e a necessária vigilância das instituições envolvidas no sistema nacional de prevenção.

a) Memorando entre Namíbia e Angola



As Unidades de Informação Financeira da Namíbia e de Angola rubricaram, em Luanda, um Memorando de Entendimento durante a terceira reunião do Comité SADC para AML/CFT. O acordo prevê a colaboração para rastrear fluxos financeiros ilícitos, recuperar bens relacionados com branqueamento, financiamento do terrorismo e proliferação, e reforçar capacidades institucionais através de iniciativas conjuntas de formação e harmonização de metodologias de análise e investigação. Esta parceria reforça o controlo transfronteiriço de crimes financeiros, no contexto de ambos os países estarem incluídos na lista de jurisdições de alto risco da UE.

b) Diálogo Público-Privado em Luanda



Em Luanda, a 1 de julho, realizou-se o segundo **Diálogo Público-Privado** organizado pela Unidade de Informação Financeira (UIF), com a participação de agentes públicos, jurídicos e do sector privado. O encontro centrou-se no reforço da cooperação institucional no combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação, e discutiu o reforço do papel dos órgãos de aplicação da lei no cumprimento do plano de acção requerido pela FATF. Este fórum destaca o empenho de Angola em alinhar-se com standards internacionais e fortalecer o seu sistema nacional de prevenção.



UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

c) África do Sul perto de sair da “lista cinzenta” da FATF



A África do Sul está prestes a ser removida da “lista cinzenta” da Financial Action Task Force (FATF), após registar um aumento notável nas condenações por branqueamento, 98 entre março de 2023 e março de 2024, face a 65 nos três anos anteriores e, concluir a maioria das 22 medidas exigidas quando entrou na lista em 2023. O governador do Banco Central, Lesetja Kganyago, referiu que recursos foram redireccionados para implementar reformas, incluindo apoio de especialistas internacionais. A FATF reconheceu este progresso na reunião plenária de junho e aguarda uma avaliação *in loco* em outubro de 2025 para confirmar a saída oficial. Embora esta melhoria de reputação deva impulsionar o investimento e reduzir custos transfronteiriços, persistem preocupações sobre a morosidade no combate à corrupção e à concretização de casos de alto perfil.

d) EUA intensificam perseguição ao Lazarus Group e Tornado Cash



As autoridades norte-americanas aumentaram a pressão sobre o grupo Lazarus e o mixer Tornado Cash pelo alegado envolvimento no branqueamento de criptomoedas que financiaram o programa nuclear da Coreia do Norte. Investigadores identificaram o roubo de cerca de US \$620 milhões em 2022, além de sanções contra a «Huione Group» do Camboja por branquear cerca de US \$4 mil milhões. Roman Storm, co-fundador do Tornado Cash, enfrenta julgamento por facilitar mais de US \$1 mil milhão em actividades ilícitas. O governo sublinha que os fundos desviados através destes canais apoiaram a aquisição de mísseis e outras armas de destruição em massa.

e) Stablecoin Tether é a moeda de branqueamento de capitais ‘ideal’, alimentando a economia paralela global



Uma investigação publicada pelo *The Economist* descreve como o Tether (USDT) se transformou na “moeda ideal para branqueadores”, elevando-se como infra-estrutura-chave da economia paralela global. A reportagem revela que os operadores que facilitam o branqueamento de capitais cobram menos de 3% por transacção, muito abaixo dos 10% cobrados em esquemas tradicionais, devido à eficiência operacional do *stablecoin*. As autoridades de aplicação da lei demonstram dificuldade em acompanhar o uso em massa do USDT, quando



UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

disponibilizado a qualquer um que o deseje. O artigo baseia-se em reportagens anteriores do *Wall Street Journal* e em entrevistas de investigadores europeus.

f) Grande divisão na UE sobre adopção de stablecoins



A União Europeia está dividida sobre a integração e regulação das *stablecoins*, com o BCE a alertar para os riscos de estas ameaçarem o controlo da política monetária e promoverem competição externa. Por outro lado, a Comissão Europeia defende que o actual quadro legal (MiCA – regulamento de mercados de criptoactivos) é suficiente e destaca o potencial das *stablecoins* na união de capital e financiamento. Um artigo publicado por ex-executivos do BCE, na voz da *Financial Times*, critica a relutância institucional e a cultura de aversão ao risco que, segundo os críticos, atrasa o progresso europeu neste sector.

g) Singapura multa nove instituições por branqueamento



O Banco Central de Singapura (MAS – Monetary Authority of Singapore) aplicou multas que totalizam S\$ 27,45 milhões (US\$ 21,5 milhões) a seis bancos (entre eles Credit Suisse, UOB, UBS, Citibank, Julius Baer e LGT) e três outras entidades (UOB Kay Hian, Blue Ocean Invest e Trident Trust). Estas sanções decorrem do maior caso de branqueamento registado em Singapura em 2023, envolvendo mais de S\$ 3 mil milhões oriundos de fraudes e jogos online, posteriormente convertidos em activos como imóveis, carros e bens de luxo. O MAS detectou falhas graves nos controlos internos, avaliação de risco dos clientes e monitorização de operações suspeitas. Foram também impostas sanções individuais contra funcionários, com quatro proibições especificamente e acusações por falsificação de documentos.

h) Costa Rica avança com regulação cripto para combater crimes financeiros



A Assembleia Legislativa da Costa Rica aprovou, em primeira leitura, o projecto de lei nº 22.837, que estabelece um regime regulamentar para fornecedores de serviços de activos virtuais (VASPs). As novas regras exigem que estes agentes se registem na Superintendencia General de Entidades Financieras (SUGEF), adoptem uma abordagem baseada em risco na conformidade



UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

com AML/CFT e implementem identificação rigorosa de clientes e beneficiários efectivos. Além disso, prevê-se o registo de transacções detalhadas, vigilância especial sobre pessoas politicamente expostas e jurisdições de elevado risco, além de obrigação de notificar operações suspeitas à Unidade de Informação Financeira do ICD. As penalidades vão de duas a cem remunerações base, alinhadas a outras entidades financeiras sob supervisão da SUGEF, e entidades não registadas podem ser interdidadas de operar.

i) Eurodeputados entram em conflito com a Comissão Europeia sobre a lista negra de branqueamento



O Parlamento Europeu manifestou forte oposição à actualização da lista comunitária de jurisdições de risco em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, actualmente divergente da lista do GAFI. A Comissão Europeia removeu Emirados Árabes Unidos, Panamá e Gibraltar da lista e adicionou países como Argélia, Angola, Quênia, Mónaco e Venezuela, mas precisa da aprovação do Parlamento e do Conselho para que a lista entre em vigor. Eurodeputados, recordando uma resolução de abril de 2024, expressaram receio de que os países removidos continuem a facilitar esquemas para contornar sanções sobre a Rússia, prejudicando os esforços da UE. A Comissária Maria Luís Albuquerque reconheceu as "irritações" causadas pela discrepância entre as listas e alertou para lacunas e insegurança jurídica para entidades europeias, que são forçadas a somar esforços de conformidade com padrões divergentes. Oslo Niedermayer (PPE) criticou a falta de envolvimento do Parlamento no processo, enquanto Birgit Sippel acusou a Comissão de simplesmente seguir o GAFI sem claras evidências sobre progresso real dos países avaliados. Albuquerque defendeu, por sua vez, que a recomposição baseia-se num ano de trabalhos intensos, incluindo diálogo bilateral e avaliações locais, e que a adopção de uma lista autónoma da UE visa mitigar riscos a vulnerabilidades no sistema financeiro europeu.

j) Bélgica investiga Worldline por suspeita de facilitação de branqueamento



A Procuradoria de Bruxelas abriu oficialmente uma investigação à unidade belga da Worldline, empresa francesa de serviços de pagamento, após reportagens do consórcio European Investigative Collaborations (EIC), incluindo *Le Soir* e *De Standaard*, que apontam para alegações de que a Worldline processava pagamentos de empresas envolvidas em actividades ilícitas. O caso foi confiado à Polícia Judicial Federal e enquadra-se na sua secção de criminalidade económico-financeira. Em resposta, a empresa informou que vai cooperar integralmente com as autoridades, esclarecendo



UNIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

que, desde 2023, reforçou os controlos de risco sobre comerciantes e encerrou relações com clientes não conformes. As acções desta investigação levaram a uma queda de até 10% nas acções da Worldline na manhã seguinte, depois de uma descida anterior de 38%, sendo esta a segunda maior perda diária desde 2023. Além disso, o grupo contratou a empresa de auditoria Accuracy e a consultora Oliver Wyman para examinarem os “*merchants*” de baixo perfil e o sistema interno de controlo, respectivamente, com resultados preliminares previstos para 30 de julho, acompanhando a publicação de dados do primeiro semestre.

k) Índia intensifica repressão às criptomoedas por suspeitas de financiamento do terrorismo



O portal *FinanceFeeds* reporta que as autoridades indianas aumentaram significativamente as investigações sobre criptomoedas, sustentadas por suspeitas de que estas estão a ser usadas para canalizar fundos, em particular para actividades terroristas e militantes. Em operações recentes, foram apreendidas evidências digitais relacionadas com transacções suspeitas de entidades suspeitas de envolvimento em terrorismo. O artigo destaca que as autoridades estão a desenvolver capacidades para rastrear pagamentos em criptomoedas em transacções internacionais, numa tentativa de conter o financiamento ilícito. Embora o Estado indiano não tenha ainda aplicado um bloqueio total às *exchanges*, há projecções de maior pressão regulatória e novas regras para reforçar a supervisão do mercado cripto. Apesar disso, o relatório não fornece números específicos sobre montantes apreendidos ou quantas entidades foram alvo destas acções.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos

Luanda, aos 15 de julho de 2025